

Carta-testamento sobre a sociedade escravocrata do século XIX e as ações abolicionistas

Testament-letter on 19th-century slaveholding society and abolitionist actions

Una carta-testimonio sobre la sociedad esclavista del siglo XIX y las acciones abolicionistas

Maria Cecília de Souza Minayo <https://orcid.org/0000-0001-6187-9301>¹

¹ Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro RJ Brasil.

Resenha do romance histórico *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves

Antes de escrever esta resenha, li as que foram publicadas em acesso aberto sobre esse livro de 2006. Considero-o um clássico, portanto é sempre atual. Creio que encontrei uma perspectiva própria, e a exponho, condizente com a que venho adotando academicamente¹ desde o início dos anos 2000 a respeito do papel do sujeito na história. Divulgo-a numa revista de saúde coletiva porque ela trata de temas muito debatidos na área, como é o caso de raça, gênero e cor. Todas essas categorias estruturais e estruturantes precisam ser consideradas em qualquer pesquisa da área porque perpassam as condições e situações de saúde e o acesso aos serviços ofertados pelo SUS. Tudo o que diz respeito à saúde está intimamente associado à vida pessoal e coletiva do país. Por exemplo, demograficamente, no Brasil há um número maior de mulheres do que de homens, elas têm mais anos de estudo do que eles, porém continuam tendo jornadas duplas ou triplas, ganham menos, grande parte é subjugada e vítima de violência e feminicídio. A população negra, que foi escravizada, em qualquer atual indicador social, econômico e cultural, continua inferiorizada mesmo tendo educação formal igual à dos brancos. O “defeito de cor” continua a vigor na prática, embora o Brasil seja miscigenado e a miscigenação seja uma de suas maiores riquezas culturais. Como lembra Braudel², esses “comportamentos” classificados por ele como “morais” são de longa duração e se transformam em modo de vida e se infiltram no cotidiano, por isso são difíceis de ser mudados. Esse livro mostra que a trans-

formação das estruturas sociais passa pelas pessoas “sujeitos da história”. A obra em questão é uma ode aos que se insurgiram e até hoje se insurgem contra a opressão e a discriminação.

Publicado em 2006, *Um defeito de cor* é um romance histórico e político que, em suas 960 páginas, reconstrói sob uma perspectiva afrocentrada e feminina, a experiência das relações entre colonizadores e escravos no Brasil no século XIX. A autora faz isso de forma muito despretensiosa mas sagaz. A estrutura narrativa é construída por meio de uma longa carta da africana Kehinde ao filho que perdeu e nunca reencontrou. Sua narrativa não se limita ao plano da relação mãe e filho. Apresenta-se como uma memória pessoal e coletiva da resistência histórica dos escravizados. Por que esse título curioso? Porque “um defeito de cor” era a expressão utilizada pelos colonizadores para discriminar pessoas de pele preta nos ambientes sociais e institucionais. Kehinde é o nome romanceado da protagonista da vida real, a escrava livre Luiza Mahin, africana capturada no Reino de Daomé (hoje Benim) que, na Bahia, participou da revolta dos Malês em 1835 e da Sabinada em 1837.

Kehinde – a heroína da história – tinha 8 anos de idade quando foi capturada, junto com sua irmã gêmea e a avó, jogadas num navio negreiro rumo à Bahia. Das três, apenas ela sobreviveu à travessia. Comprada por um fazendeiro de Itaparica para fazer companhia a sua filha mais ou menos da mesma idade, na fazenda passou boa parte da infância e da adolescência como escrava do lar, tendo sido sexualmente abusada pelo senhor.

Com invejável criatividade, Ana Maria Gonçalves³ constrói a história como se fosse uma longa carta-testamento de Kehinde endereçada a seu filho Luiz, que aos 10 anos foi vendido como escravo pelo pai, um fidalgo português beerrão e jogador, para pagar suas dívidas. Esse ignominioso ato de vender uma criança que nascera livre foi praticado numa época da vida em que Kehinde se escondia das forças de repressão por ter participado da revolta dos Malês. A vida dela foi incansavelmente marcada pela procura desse filho, a quem nunca mais viu pessoalmente. Apenas no final de seus dias, já doente e cega, teve notícias de que ele estaria vivo e atuante na causa libertária.

O Luiz da vida real conquistou a liberdade aos 17 anos, tornando-se o famoso Luiz Gama, abolicionista, advogado autodidata, jornalista e poeta. Como “rábula” (advogado sem diploma), libertou judicialmente mais de 500 pessoas escravizadas. É



enaltecido por seus biógrafos, pela rebeldia, inteligência, força moral e engajamento na libertação dos escravos. Somente agora, porém, no século XXI, o Brasil reconheceu oficialmente seus méritos. Em 2015, recebeu da Ordem dos Advogados do Brasil o título de advogado honorário; em 2018, o título de Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil. E em 2021, o de Doutor Honoris Causa da Universidade de São Paulo.

A construção da trajetória de Kehinde é complexa. Estuprada pelo patrão ainda na adolescência, sofreu violência física, simbólica, sexual e racial, mas nunca se curvou aos desmandos do senhor e ao menosprezo da Sinhá. Muito inteligente e observadora, aprendeu a ler e a escrever em português e francês, acompanhando as aulas da “sinhazinha Maria Clara”, com quem brincava. Aprendeu também a negociar e a circular entre mundos opostos, assimilando o gosto refinado das casas das “sinhas” e os recursos intelectuais, materiais e simbólicos que lhe permitiram conquistar a própria liberdade e a de vários outros escravos. No meio das dificuldades individuais, destacou-se por aproveitar todas as oportunidades que lhe vinham ao encontro para crescer social e pessoalmente. Por exemplo, era leitora contumaz de, entre outras, da obra do Padre Antônio Vieira. Quando adulta, tornou-se “escrava de rua”, condição em que se destacou pelo caráter empreendedor. Começou produzindo e vendendo biscoitos muito apreciados pela sociedade dominante e que aprendera a fazer com uma família inglesa de quem se tornou amiga. Seu trabalho lhe deu condições de comprar uma padaria, de onde tirava o sustento da família. Pouco a pouco, tornou-se uma pessoa de referência e empresária de sucesso e respeitada, sem nunca negar a opressão em que viviam os negros e os desprezados filhos das escravas com seus senhores.

O que mais me chama atenção no texto de Ana Maria Gonçalves² é que ele não contém maniqueísmos, tão corriqueiros em nosso tempo. Dou exemplos de como essa rara qualidade fica nítida. (1) A melhor amiga de Kehinde foi a sinhazinha Maria Clara, com quem brincava na infância e com quem cultivou um contato pessoal e íntimo, interagindo e se correspondendo por toda a vida. E de cujo marido, um advogado português pró-abolição, recebia apoio e ajuda para libertação de muitos escravos e na busca pelo filho perdido. (2) Todos os filhos da protagonista tinham pais europeus. O primeiro menino, que faleceu num acidente, proveio da relação com o fazendeiro que a escravizou e estuprou. O segundo, Luiz Gama, foi fruto do amor pelo fidalgo português, que à sua revelia, o vendeu para quitar dívidas de bebi-

da e jogos. O casal de gêmeos, nascido na volta à África, marcou uma duradoura relação com um negociante inglês. (3) No mesmo sentido, é muito interessante a visão de Kehinde sobre a África, especificamente sobre o Reino de Daomé (hoje Benim), para o qual voltou depois de ter vivido no Brasil. De um lado, ela expõe com clareza seu incômodo com as condições, a que denominou “selvagens”, de seus compatriotas e às quais ela não conseguia mais se adaptar depois de ter vivido no Brasil. Menciona e condena fortemente a atitude dos reis “selvagens” que guerreavam entre si para escravizar os inimigos e vendê-los aos colonizadores, inclusive num período em que esse comércio já estava sendo tratado mundialmente como ilegal. Também denuncia a contradição dos ingleses – que já não aceitavam a escravidão – mas vendiam armas para os reis escravagistas. (4) Contrapondo-se ao atraso dos costumes, o que muito a incomodava, ergueu em Daomé uma empresa de construção de casas, denominada “Casas de Bahia”, que reproduzia os tipos de moradias dos ricos baianos, objeto de desejo e encantamento dos africanos afluentes e dos brasileiros que haviam retornado à sua região e sentiam saudades do Brasil. Esses e outros empreendimentos a tornaram uma mulher rica, a ponto de ter condições de mandar seus últimos filhos, os gêmeos (uma menina e um menino), estudarem na França, consciente de que essa formação seria seu maior investimento neles e no seu país.

Impossível falar em poucas linhas de toda a riqueza de pensamento expresso no livro em pauta. Por exemplo, perpassa todo o texto o sincretismo religioso, a interrelação e a interfertilização das culturas, a opressão do sistema escravocrata, o papel vivo das tradições, as estratégias de sobrevivência, resistência e autonomia que marcam a protagonista no período histórico em que viveu. O título da obra, *Um defeito de cor*, expressão usada como estigma social, na obra de Ana Maria Gonçalves² produz um efeito contrário. Kehinde é uma heroína investida de inteligência, criatividade, visão e responsabilidade social. Sua cor não era um defeito, era um dos atributos de sua imagem potente e bem-sucedida. Portanto, a obra desloca o olhar eurocêntrico e colonialista e reinscreve essa mulher negra como uma fantástica produtora e reprodutora de bens, sociabilidade e sentido histórico.

Meditei muito sobre o livro, o que me favoreceu insistir no empenho de compreender o papel do sujeito na história¹. Esse tema, ao qual me dedico há muitos anos no sentido micro e macrossocial, voltou à pauta com a decadência do marxismo mecanicista e com a resiliência do

positivismo impessoal, a partir dos movimentos por mudanças dos anos 1960. Sartre⁴ trata disso em *Questão de método*, em que considera que é preciso compreender e valorizar o indivíduo e sua liberdade dentro da totalidade histórica e social. Plekanov⁵ ressalta que essa valorização só é possível porque os talentos aparecem e florescem onde existem condições sociais favoráveis para seu desenvolvimento, uma vez que todo talento convertido em força social é fruto das relações sociais. Ou seja, homens e mulheres de talento existem porque conseguem entender, antever e viabilizar os movimentos e os rumos para onde a humanidade caminha. E Alain Touraine⁶ argumenta que, após longo período focada em estruturas, instituições e sociedade de forma abstrata, a sociologia precisa se concentrar nos atores e nos movimentos sociais como criadores das mudanças que têm papel fundamental na vida coletiva. Essas, entre algumas referências clássicas, colocam Luiza Mahin (Kehinde) e Luiz Gama como expoentes da abolição da escravatura. A conjuntura de então já tornara possível criticar, condenar e atuar contra o subjugo de seres humanos, nomeando tal ação como crueldade, desumanidade e atraso cultural.

Em resumo, a obra de Ana Maria Gonçalves³ – hoje uma imortal da Academia Brasileira de Letras – enaltece a capacidade humana de talentosos indivíduos que têm a força de mobilizar a sociedade, apesar da opressão, do estigma e da repressão. Viva Luiza Mahin! Viva Luiz Gama! E, sobretudo, viva Ana Maria Gonçalves, pela ou-

sadia e criatividade desta obra tão essencial para a compreensão do Brasil de ontem e de hoje! É claro que as questões de classe, de gênero, de raça/etnia continuam estruturadas e estruturantes e precisam estar presentes em toda análise social correta e esclarecedora. Mas elas não podem ser entendidas, consideradas e ensinadas sem contar com a subjetividade. Pois como dizia um amigo meu da Rocinha, a pessoa pode crescer como um lírio até no esgoto ou no pântano.

Referências

1. Minayo MCS. Determinação social, não! Por quê? *Cad Saude Publica* 2021; 37(12):e00010721.
2. Braudel FB. *A história e o tempo*. São Paulo: Editora Perspectiva; 2008.
3. Gonçalves AM. *Um defeito de cor*. São Paulo: Record; 2006.
4. Sartre JP. *Questions de méthode*. Paris, Gallimard, 1980.
5. Plekhanov GV. *O papel do indivíduo na história*. São Paulo: Editora Expressão Popular; 2024.
6. Touraine A. *Le retour de l'acteur*. Paris: Fayard; 1984.

Recebida em 09/02/2026

Aprovada em 10/02/2026

Versão final apresentada em 12/02/2026

Editores-chefes: Maria Cecília de Souza Minayo, Romeu Gomes, Antônio Augusto Moura da Silva, Vania de Matos Fonseca